

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**NAHYARA BEDESCHI DA SILVEIRA E SILVA**

**SISTEMAS EDUCACIONAIS COMPARADOS: OS CASOS DO BRASIL,  
COREIA DO SUL E FINLÂNDIA**

**Belo Horizonte**

**2018**

**NAHYARA BEDESCHI DA SILVEIRA E SILVA**

**SISTEMAS EDUCACIONAIS COMPARADOS: OS CASOS DO BRASIL,  
COREIA DO SUL E FINLÂNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: José Ângelo Machado

**Belo Horizonte**

**2018**

Dedico este trabalho a meus pais Geraldo e Eliana, que prezaram sempre pelos meus estudos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que é a base de tudo que creio e por me inspirar.

Agradeço à minha amada mãe, laço eterno desta e de outras vidas, por estar sempre ao meu lado, por ter sido e será, para mim, um exemplo de luta, perseverança e alegria.

A meu pai, primeiro mestre, símbolo de amor e instrução, por ter-me dado base moral e ter-se dedicado tanto à boa educação dos filhos.

Aos amados irmãos Glacus e Alexandre, companheiros de vida, pelo apoio e companheirismo.

Às minhas queridas: minha avó materna, Nilza, exemplo de força e conquista que uma mulher pode ter; às minhas tias Terezinha e Regina, por estarem sempre ao meu lado; à minha tia Ângela e tio Chiquinho, pelo carinho.

Aos meus queridos primos, pela irmandade perpétua: Tales, Marcela, Felipe e Cacaio.

À minha avó paterna *in memoriam*, exímia educadora e ao meu avô paterno *in memoriam* José Marciano, pelo exemplo de vida. À minha tia Ana Maria, educadora brilhante, pelo carinho e aconchego de sempre.

Às minhas companheiras de faculdade, Bianca, Bárbara, Juliana, Marília e o amigo Luis Filipe, que tornaram essa trajetória mais especial.

Ao meu orientador, José Ângelo Machado, pela doçura, paciência e dedicação não só a este trabalho final, mas durante o percurso feito nesse curso. Aos professores, que foram especiais neste trajeto: Eleonora Schettini, Telma Menicucci, Ana Karruz, Fernando Filgueiras.

À Carol, Jéssica e à Mariana, pela amizade que vivifica.

“Um país se faz com homens e livros”. Monteiro Lobato

## **RESUMO**

Este trabalho pretende descrever e contrastar os sistemas educacionais de três países: Brasil, Coreia do Sul e Finlândia; e através dos resultados apresentados pelo PISA, fazer um estudo comparativo. A análise comparada nos permite levantar uma série de informações que podem auxiliar bastante na construção de novas ideias. O objetivo é comparar o sistema educacional brasileiro com os sistemas de dois países com reconhecida performance quanto aos resultados alcançados no PISA, de modo a identificar semelhanças e contrastes e apontar para mudanças que poderiam ajudar o Brasil a avançar nesta área.

**Palavras- chave:** Educação. Sistemas Educacionais. Estudo Comparado. PISA

## **ABSTRACT**

This paper aims to describe and contrast the educational systems of three countries: Brazil, South Korea and Finland; and through the results presented by PISA, make a comparative study. The comparative analysis allows us to raise a series of information that can greatly help in the construction of new ideas. The objective is to compare the Brazilian educational system with the systems of two countries with recognized performance regarding the results achieved in PISA, in order to identify similarities and contrasts and point to changes that could help Brazil to move forward in this area.

**Key Words:** Education. Educational Systems. Comparative Study. PISA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>Capítulo 1</b> .....	12
<b>RESULTADOS EDUCACIONAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA SOB O PISA: O BRASIL NO CONTEXTO GLOBAL</b> .....	12
1.1. O PISA e o desempenho dos sistemas educacionais .....	12
1.2. O Brasil no contexto da avaliação do PISA .....	15
<b>Capítulo 2</b> .....	19
<b>EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	20
<b>SISTEMA EDUCACIONAL</b> .....	23
<b>Capítulo 3</b> .....	25
<b>EDUCAÇÃO NA FINLÂNDIA</b> .....	25
<b>SISTEMA EDUCACIONAL</b> .....	27
<b>Capítulo 4</b> .....	32
<b>EDUCAÇÃO NA CORÉIA DO SUL – INVESTIMENTO E DISCIPLINA</b> .....	32
<b>SISTEMA EDUCACIONAL</b> .....	35
<b>Capítulo 5</b> .....	38
<b>SEMELHANÇAS, CONTRASTES E CAMINHOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO</b> .....	38
5.1. Lições para Avanços no Sistema Educacional Brasileiro .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45



## INTRODUÇÃO

Educação Comparada é um campo de investigação em que são abordados os métodos de ensino utilizados em diferentes países e culturas através de estudos comparativos. Através da análise comparativa pode-se confrontar uma série de elementos, tais como sistemas, métodos, teorias e políticas – bem como resultados - relacionadas à educação, a fim de determinar o peso relativo, mérito ou valores de determinados sistemas educacionais em relação aos outros.

A Educação é percebida de maneira diferente pelas pessoas, instituições e países. Além disso, os sistemas educacionais variam de um país para outro, de uma região para outra e até mesmo, em certos casos, de uma localidade para outra, em termos de conteúdo, conhecimentos transmitidos, métodos de ensino, estruturas administrativas, número de anos para aquisição de uma formação reconhecida, formação do pessoal e competências dos professores. As informações obtidas a partir de comparações podem ser utilizadas, de muitas formas e para atingir uma variedade de objetivos, tais como ampliar o conhecimento acadêmico ou subsidiar decisões governamentais.

O presente estudo propõe uma análise comparada entre os sistemas educacionais de três países: Brasil, Coréia do Sul e Finlândia. Tem como objetivo comparar o sistema educacional brasileiro com os sistemas destes dois países, com reconhecida performance quanto aos resultados alcançados, de modo a identificar semelhanças e contrastes e apontar para mudanças que poderiam ajudar o Brasil a avançar nesta área.

A escolha da Coréia do Sul e Finlândia foi fundamentada no fato de se constituírem como referências na área da Educação, tendo obtido reconhecimento pelo elevado desempenho segundo padrões mundiais, especialmente a partir da posição ocupada no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), porém pertencendo a diferentes continentes e apresentando condições econômicas, culturais e sociais distintas. Trata-se de avaliação internacional aplicada para estudantes na faixa dos 15 anos num período de três anos, tendo início no ano 2000, pela Organização para Conhecimento e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o intuito de medir as habilidades dos estudantes em diferentes países. Vale notar que este estudo permite aferir resultados educacionais de um

país como um todo – e não apenas na faixa etária enfocada pelo PISA – se prestando à comparação entre sistemas educacionais de diferentes países.

Fazendo uma breve análise, antes da divulgação dos resultados da primeira edição dos testes do PISA, ocorrida em dezembro de 2001, havia um consenso geral de que países tidos como referência mundial em educação, tais como Estados Unidos, Alemanha e França, para citar apenas alguns, desfrutavam de sistemas educacionais que proporcionavam aos seus alunos excelência em desempenho acadêmico e consistente aprendizagem, situando-se como os melhores do mundo. Indicadores nacionais da área — nível de instrução, proporção de investimento em relação ao produto nacional, percentual de pessoas com nível superior —, além do sucesso de seus estudantes em competições acadêmicas nacionais e internacionais, como as Olimpíadas em Física, Matemática, Computação, Química e Biologia, por exemplo, reforçavam e confirmavam a percepção, de então, no que concerne à qualidade daqueles sistemas educacionais. A divulgação daqueles resultados trouxe a tona outras experiências bem sucedidas e apontou problemas naquelas antes tidas como referência, abalando o *status quo* acadêmico e muitas certezas que orientavam as políticas educacionais, mas criando por outro lado novas oportunidades para avançar no conhecimento das variáveis que impactam resultados.

Os testes PISA são uma mistura de questões de escolha múltipla com outras que implicam respostas desenvolvidas. Os estudantes têm ainda de responder a um questionário com informação de *background* sobre eles próprios – a escola e o ambiente de aprendizagem, por exemplo. Aos diretores das escolas participantes é também pedido que respondam a um questionário sobre o sistema educativo e o contexto escolar. Todas as perguntas são revistas e testadas internacionalmente por todos os países participantes.

O objetivo essencial do PISA é avaliar a forma como os alunos de 15 anos aplicam as competências que têm de Matemática, Leitura e Ciências face a problemas que os colocam perante situações da vida real. Não se trata de avaliar o currículo, ou apenas conhecimentos. Trata-se de ver como são os alunos capazes de raciocinar, e usar conceitos e ferramentas para explicar e prever fenômenos.

Neste trabalho a comparação entre sistemas educacionais dos três países selecionados se baseará nos seguintes eixos de análise: (1) breve descrição do contexto político, econômico e social; (2) A organização do sistema educacional, incluindo a atribuição de competências

para a educação básica, desenho curricular e métodos, gasto nacional com educação e gestão e qualificação docente. As unidades de análise neste trabalho serão os sistemas educacionais dos três países e o corte temporal corresponde à vigência dos sistemas educacionais atuais em cada um deles, ou seja, no Brasil, o sistema que se construiu a partir da Constituição Federal de 1988; na Finlândia, cuja constituição atual é datada de 1 de março de 2000, e na Coreia do Sul, o que foi construído a partir de 1948, que passou por cinco revisões cada uma significando uma nova república. A atual, corresponde à sexta revisão.

Ao final é nossa expectativa construir um panorama geral que possa enriquecer nossa visão sobre o sistema educacional brasileiro, seus potenciais e limites, não mais se atendo a uma mera descrição do mesmo como um caso único ou comparando com o seu desenho anterior, numa perspectiva histórica, ou no sentido oposto, baseada numa comparação superficial baseada em alguns poucos indicadores internacionais. A perspectiva comparada poderá contextualizar melhor a combinação entre condições que permitiria explicar melhor as razões do desempenho diferenciado de cada sistema educacional, oferecendo uma perspectiva melhor para pensar possíveis soluções para os problemas educacionais brasileiros.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, afora esta introdução e as conclusões, ao final. No primeiro capítulo apresentamos na primeira seção o PISA (*Programme for International Student Assessment*), avaliação internacional para mensurar os níveis de desempenho dos alunos de países membros da OCDE, além de outros países e territórios convidados; já na segunda seção objetivamos apresentar o contexto do Brasil na avaliação do PISA. No segundo capítulo, analisamos o caso do sistema educacional brasileiro, no terceiro o do finlandês e no quarto o da Coreia do Sul. No quinto e último capítulo, identificamos semelhanças e contrastes entre os sistemas educacionais para, a partir daí, desenvolvemos considerações finais sobre possíveis caminhos para o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro.

## Capítulo 1

### **RESULTADOS EDUCACIONAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA SOB O PISA: O BRASIL NO CONTEXTO GLOBAL**

Este capítulo tem por objetivo apresentar os diferentes resultados educacionais aferidos mundialmente a partir da realização do PISA e problematizar a posição do Brasil neste contexto global. Está dividido em duas partes. Na primeira apresentamos uma visão panorâmica mundial da mensuração do desempenho educacional nos diferentes países a partir da realização do PISA e como é executado; já na segunda, discutimos a inserção do Brasil nas avaliações do PISA, considerando especificidades e sugerindo alguns pontos para comparação com países de reconhecido desempenho educacional.

#### **1.1. O PISA e o desempenho dos sistemas educacionais**

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (*Programme for International Student Assessment - PISA*) foi oficialmente lançado em finais da década de 1990 como uma resposta da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) à necessidade de os países-membros disporem, com regularidade, de dados fidedignos sobre as competências dos jovens escolarizados e sobre o desempenho dos sistemas educativos. Foi formulado pela Diretoria de Educação da OCDE, que realiza seu trabalho em sete áreas, sendo uma delas o PISA. São os governos dos países que pagam a sua participação no estudo para as questões, feito de três em três anos pela OCDE. E todos podem contribuir com propostas de perguntas a incluir nos testes (ADDEY, 2016)

A OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico é composta por 37 países membros e é um fórum único para a discussão, desenvolvimento e aperfeiçoamento da política económica e social, dentre um total de 100 países que participam como engajados ou convidados, comprometidos com a democracia e a economia de mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas económicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A organização não tem poder de sanção, e atua através de convencimento e persuasão dos líderes, ao apresentar recomendações a partir de estudos realizados, nos países membros e convidados (BACCHETTO, 2016)

Sua origem é resultado da reformulação de uma organização, responsável pela cooperação visando à reconstrução da Europa no pós-guerra; em 1948 intitulada primeiramente como Organização para a Cooperação Económica (OECE), liderada por Robert Marjolin da França, para ajudar a gerir o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, a sua filiação foi estendida a estados não-europeus, e em 1961, a Convenção sobre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico reformou a OECE e deu lugar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BACCHETTO, 2016)

A OCDE tem objetivos, vinculados primordialmente aos problemas internos da Europa, e atua como centro de consulta e coordenação, consolidação do modelo liberal e complementação ao FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Suas áreas de interesse e pesquisa são inúmeras, vão desde pela economia, agricultura, comércio, energia, meio ambiente, até administração pública, educação, emprego, temas, sociais, ciência e tecnologia, políticas industriais, fiscais e financeiras. A característica principal da Organização é a formulação de estratégias e coordenação de posições dentro do seu raio de ação e atuar como “tribunal” das políticas dos países-membros, intercâmbio e manancial de informações, através do estudo comparado de cada uma das áreas (ADDEY, 2016)

Neste intuito, e com foco na área da Educação, mais precisamente no PISA, viemos basear nosso estudo a partir dos dados fornecidos por este programa, que propõe avaliar o desempenho dos estudantes de 15 anos de idade em três áreas consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento de cada país, Leitura, Matemática e Ciências, com o objetivo de obter indicadores dos sistemas educacionais dos países participantes.

Faremos um breve compêndio, a fim de demonstrar como funciona o programa e quais métodos são utilizados para que eles possam oferecer o desempenho dos alunos nos países em que abrange.

O PISA é uma grande avaliação internacional à literacia dos alunos de 15 anos oferecida a cada três anos pela Organização para Conhecimento e Desenvolvimento Económico (OCDE). Sua primeira aplicação foi realizada no ano de 2000, após um grande trabalho de estudo da OCDE para definir metodologia e aplicação do teste a partir de meados dos anos 1990. A avaliação abrange três áreas: Ciências, Matemática e Leitura. Cada ano de

sua execução privilegia uma área em particular. Participam da avaliação os 34 países integrantes da OCDE e outros 36 países e territórios convidados, totalizando 70, dos 191 países do mundo. A prova é dividida em três áreas de conhecimento: Leitura, Ciências e Matemática. Os estudantes avaliados estão na faixa dos 15 anos de idade e devem estar matriculados a partir do 7º ano. A cada ano, à avaliação é dado um foco em uma das áreas, analisada de forma mais detalhada. Em 2015, a ênfase foi em Ciências. No PISA 2012, por exemplo, participaram 34 países membros da OCDE, mais 31 países que não fazem parte da organização, dentre eles o Brasil. A área de eleição foi a Matemática, o que significa que dois terços das perguntas dos testes aos alunos são dessa área. E assim vai por cada ano. O governo de cada país é quem financia o PISA (BACCHETTO, 2016)

O PISA, por definição, é sobre o que sabem os alunos de 15 anos, mas em rigor não são só esses os avaliados. A amostra é constituída por alunos com pelo menos seis anos de escolaridade que tenham entre 15 anos e três meses e 16 anos e dois meses. Podem estar inscritos em escolas públicas ou privadas, no ensino regular ou profissional.

Em cada escola é designado um coordenador PISA que fica encarregado de fazer uma lista com todos os alunos da faixa etária desejada. Essa lista é enviada para o Centro Nacional PISA, que, em cada país, é designado pelo Governo, que escolhe aleatoriamente 40 alunos. O coordenador da escola contata os estudantes selecionados e obtém as autorizações dos respectivos pais.

No que diz respeito à seleção das questões dos testes, todos os países participantes no PISA podem enviar perguntas. Existe o "consórcio PISA", constituído por representantes de agências de avaliação e peritos em avaliação, que analisa as propostas e as faz também. Todas as perguntas são revistas e testadas internacionalmente por todos os países participantes, com o intuito de que esta revisão possa garantir que as questões são adequadas aos diferentes contextos culturais dos países que participam. Só são aplicadas as perguntas que são aprovadas por todos os participantes. A decisão final sobre todo o processo pertence ao conselho diretivo do PISA.

O objetivo essencial do PISA é avaliar a forma como os alunos de 15 anos aplicam as competências que têm de Matemática, Leitura e Ciências face a problemas que os colocam perante situações da vida real. Não se trata de avaliar o currículo, ou apenas conhecimentos.

Trata-se de ver como são os alunos capazes de raciocinar, e usar conceitos e ferramentas para explicar e prever fenômenos (KLEIN, 2011)

Com os resultados obtidos através deste teste a OCDE envia para cada país participante um relatório de análise. Este relatório é muito rico, pois ele aponta possíveis falhas e pontos a melhorar no que diz respeito à Educação em cada país. É possível ter acesso a todos os relatórios no site da Organização, assim sendo possível fazer um diagnóstico e utilizá-lo para possíveis mudanças ou inovações com campo de políticas públicas a fim de um melhoramento no sistema educacional.

## **1.2. O Brasil no contexto da avaliação do PISA**

O desempenho do Brasil está entre os mais baixos no ranking mundial de Educação, considerando a avaliação do PISA

No Gráfico 1 podemos analisar o desempenho do Brasil por área de conhecimento, desde o ano 2000, ano em que o Pisa foi aplicado pela primeira vez. É possível perceber algumas distinções entre as diferentes áreas de conhecimento. Enquanto no caso da matemática a curva de desempenho é ascendente até 2012, quando se verifica um decréscimo no aproveitamento em 2015, no caso da leitura a curva ascendente somente se verifica claramente entre 2000 e 2003 e entre 2006 e 2009. No caso das ciências a situação se mostra intermediária, pois ao contrário do descenso entre 2003 e 2006 e entre 2009 e 2012 percebido para a avaliação da leitura, o quadro é de manutenção do mesmo nível de desempenho. Em linhas gerais, embora na média se perceba uma melhoria de desempenho entre 2000 e 2009, a partir deste último ano analisado, a tendência é de estagnação e início de descenso.

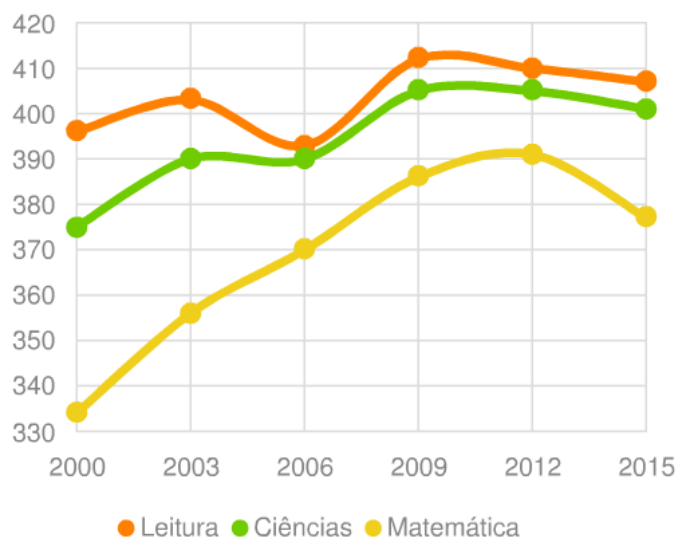


Figura 1: Evolução histórica da pontuação do Brasil no Pisa, de 2000 a 2015, nas áreas avaliadas.

Fonte: Centro de Referências em Educação Integral / Pisa 2015

Em 2015, o Brasil ocupou o 63º lugar em Ciências, o 65º em Matemática e o 59º em Leitura. De acordo com estudo do Centro de Referências em Educação Integral, as escolas que tiveram maiores notas foram as Escolas Públicas Federais, seguidas das privadas, das estaduais e municipais, conforme demonstrado no Gráfico 2. Estes dados sugerem uma segregação dos níveis de desempenho alcançado pelos diferentes segmentos da educação básica no país, em que o privado somente é superado pelo público de gestão federal.

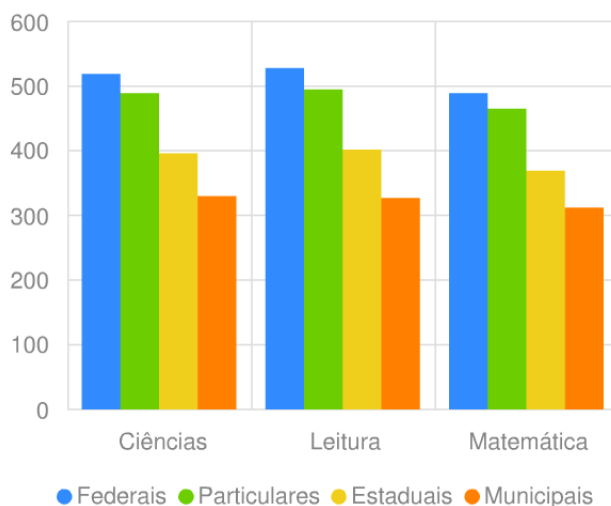


Figura 2: Comparação de pontuação no Pisa de estudantes de diferentes redes

Fonte: Centro de Referências em Educação Integral/Pisa 2015



Ainda de acordo com o último relatório da OCDE específico do Brasil (OCDE, 2015) destacam-se alguns pontos na comparação com a média de desempenho. O desempenho dos alunos brasileiros está situado abaixo da média dos alunos em países da OCDE em todas as áreas: ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos).

Apesar de em 2015 o Brasil estar entre os países com pior desempenho, pois ocupou o 60º lugar, a organização avaliou no relatório que o Brasil tem grande potencial de crescimento econômico se conseguir proporcionar educação básica universal para todos os adolescentes de 15 anos. O relatório apontou também que o país registrou melhoras “notáveis” na performance dos adultos na última década (OCDE, 2015). No entanto, ressaltou o grande número de estudantes que abandonaram a escola e chamou a atenção para a qualidade do ensino ofertado. Analisando esses apontamentos, percebemos que esse resultado é um reflexo de várias brechas no Sistema Educacional Brasileiro, em se tratando da evasão escolar, como um currículo pouco atrativo para esses alunos, ou a dificuldade de muitos deles em acompanhar com dedicação os estudos por terem que trabalhar.

No caso brasileiro, se comparada a quantidade de recursos destinados à educação, por meio do cálculo do gasto acumulado por estudante dos 6 aos 15 anos de idade, enquanto os países integrantes da organização gastavam em média USD 90 mil em 2015, no Brasil esse valor era de apenas USD 38 mil, o que equivale a 42% do que investem as 34 nações da OCDE (OCDE, 2015). Entretanto, além do desafio de aumento no investimento em educação, este aumento precisa ser convertido em melhores resultados na aprendizagem dos alunos. Em relatório do mesmo ano, a OCDE aponta que outros países, como a Colômbia, o México e o Uruguai obtiveram resultados melhores em 2015 em comparação ao Brasil, muito embora tenham um custo médio por aluno inferior. O Chile, com um gasto por aluno semelhante ao do Brasil (USD 40,607.00), também obteve uma pontuação melhor (477 pontos) em ciências.

Além disso, no Brasil, 71% dos jovens na faixa de 15 anos de idade estavam matriculados na escola a partir da 7a. série em 2015, o que correspondeu a um acréscimo de 15 pontos percentuais em relação a 2003, uma ampliação notável no nível de escolarização. O fato de o Brasil ter expandido o acesso escolar a novas parcelas da população de jovens, sem declínios no desempenho médio dos alunos, já seria um desenvolvimento bastante positivo.

A estes respeito, deve-se lembrar que o Brasil tem um alto percentual de alunos em camadas desfavorecidas: 43% dos alunos se situam entre os 20% mais desfavorecidos na escala internacional de níveis socioeconômicos do PISA, uma parcela muito superior à média de 12% de alunos nesta faixa entre os países da OCDE. Esta proporção, no entanto, é semelhante àquela observada na Colômbia e deve-se registrar que apenas dois outros países latino-americanos possuem uma proporção maior de alunos neste nível socioeconômico: o México e o Peru.

Outro aspecto importante é que uma parcela muito reduzida de pais de alunos alcançou o nível superior de ensino no Brasil. Menos de 15% dos adultos na faixa etária de 35 a 44 anos de idade possuíam um diploma universitário, uma taxa bem menor que a média de 37% observada entre os países da OCDE (OCDE, 2015). Entre os países que participaram do PISA 2015, o Brasil está entre os dois países com a menor proporção de adultos com nível superior, ficando atrás apenas da Indonésia, onde menos de 9% dos adultos nesta faixa etária alcançaram este nível de escolaridade. A faixa etária entre 35 e 44 anos correspondia à idade dos pais que concentrou a maior parte dos alunos que participaram do PISA 2015.

Por outro lado, no Brasil, 36% dos jovens de 15 anos afirmaram ter repetido uma série escolar ao menos uma vez, proporção semelhante à do Uruguai (OCDE, 2015). Entre os países latino-americanos que participaram do PISA 2015, apenas a Colômbia possuía uma taxa de repetência escolar (43%) superior à do Brasil. Esta prática é mais comum entre países com um baixo desempenho no PISA e está associada a níveis mais elevados de desigualdade social na escola. No Brasil, altos índices de repetência escolar estão ligados a níveis elevados de abandono da escola. Entre 2009 e 2015, houve um declínio de 6% na taxa de repetência escolar no Brasil, observado principalmente entre os alunos do ensino médio.

Portanto, complementado este quadro mais geral acerca do desempenho do sistema educacional brasileiro sob o PISA, inclusive em confrontação com outros países latino-americanos, uma questão que se coloca diz respeito às possibilidades de que, a despeito da defasagem em seu nível de desenvolvimento econômico e social frente aos países da OCDE, seria possível obter um nível de desempenho significativamente superior. Sem desconsiderar que as condições e os “pontos de partida” entre os países comparados sejam muito discrepantes, seria possível incrementar nosso sistema educacional de modo a obter um desempenho próximo dos países mais desenvolvidos?

Sem a pretensão de responder categoricamente a esta questão, mas de contribuir para sua qualificação, propusemos neste trabalho a comparação do sistema educacional brasileiro com os sistemas de países com notável desempenho educacional no PISA, ainda que com culturas e perfis econômico e social bastante distintos: a Finlândia e a Coreia do Sul.

Para tanto, buscamos estabelecer como eixos de análise, para orientar a comparação entre os três países, os seguintes aspectos: (1) breve descrição do contexto político, econômico e social; (2) A organização do sistema educacional, incluindo a atribuição de competências para a educação básica, desenho curricular e métodos, gasto nacional com educação e gestão e qualificação docente. Nem sempre foi possível encontrar informações sobre estes aspectos com o mesmo nível de profundidade, o que produziu limitações para nossa análise, mas a nosso ver não comprometeu a exploração aqui proposta. No próximo capítulo começamos pela análise do caso brasileiro.

## Capítulo 2

### EDUCAÇÃO NO BRASIL

No capítulo anterior enfatizamos o desempenho do Brasil no PISA. Neste capítulo faremos uma breve contextualização do país em termos de geografia, forma de governos e finalmente o sistema educacional brasileiro, a fim de que possamos tornar claro o estudo comparado com os outros países do presente estudo: Coreia do Sul e Finlândia.

O Brasil possui uma extensão territorial de 8.515.759,090 km<sup>2</sup>, o que o posiciona como 5º maior país do mundo. Situa-se no continente americano – América do Sul – e é o maior país sul americano; faz fronteira com quase todos os países desta parte do continente, com exceção do Equador e Chile. Segundo dados do IBGE, a população do Brasil era, em 2017, de 207.660.929 habitantes<sup>1</sup>.

A Constituição atual, 1988, define o Brasil como República Federativa, formada pela união do Distrito Federal, dos 26 estados e dos 5 570 municípios. O regime político é o democrático, e a forma de governo, presidencialista. É um Estado Democrático de Direito, onde todo poder emana do povo. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e por meio do voto direto e secreto, com igual valor para todos. O presidente é eleito pelo sistema majoritário em dois turnos. Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos; se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e reputando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos (isto é, excluindo-se os nulos). O voto é obrigatório para os alfabetizados entre 18 e 70 anos e facultativo para analfabetos e aqueles com idade entre 16 e 18 anos ou superior a 70 anos.

---

<sup>1</sup> Acessível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>, em 19 de junho de 2018.

Os poderes são divididos em Executivo (exercido pelo Presidente da República), Legislativo (exercido pelo Congresso Nacional) e Judiciário. O executivo e o legislativo estão organizados de forma independente em todas as três esferas de governo, enquanto o Judiciário é organizado apenas a nível federal e nas esferas estadual/Distrito Federal

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que têm como base as edições de 2003 a 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)<sup>2</sup>, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, a média de filhos por família no Brasil é de 1,59; entre os 20% mais pobres, as médias registradas foram 2,55 e 2,15, respectivamente. Entre os 20% mais pobres do Nordeste, os números passaram de 2,73 para 2,01.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,755, o que situa o país na 79ª colocação no ranking do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2016. Seu coeficiente de Gini é de 0,498 – o que o coloca no ranking dos países mais desiguais do mundo. O Brasil aparece em décimo lugar na lista dos países com maior concentração de renda citada em estudo do Bird (Banco Mundial)

A economia brasileira possui um PIB de 6,559 trilhões de reais, maior da América Latina e do Hemisfério Sul, nona maior do mundo por produto interno bruto (PIB) nominal e a sétima por paridade do poder de compra (PPC). É considerada a maior economia da América Latina, a segunda da América (atrás dos Estados Unidos) e a sétima maior do mundo, tanto nominalmente quanto em paridade do poder de compra, de acordo com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. É o maior produtor de café do mundo, e o setor agropecuário é o que mais cresce no país, considerado o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, segundo relatório divulgado em 2010 pela OMS. É uma economia mista e os principais produtos de exportação estão entre aeronaves, equipamentos elétricos, automóveis, etanol, têxteis, calçados, minério de ferro, aço, café, suco de laranja, soja e carne enlatada. Participa de blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o G20 e o Grupo de Cairns, e sua economia corresponde a três quintos da produção industrial da economia sul-americana. O Brasil faz comércio exterior com diversos de países, sendo que 74% dos bens exportados são manufaturas ou semimanufaturas. A

---

<sup>2</sup> Acessível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad> , em 12 de junho de 2018.

atividade industrial contabiliza 30,8% do PIB, distribuída principalmente entre automóveis, aço, petroquímica, computadores, aeronaves e bens de consumo duradouros.

Não se pode deixar de citar a corrupção, que vem prejudicando fortemente o Brasil, principalmente em termos de valores quanto em descrédito junto à comunidade internacional e, principalmente, com a própria população. No Índice de Percepção da Corrupção de 2016, criado pela ONG Transparência Internacional, o Brasil é classificado na 79ª posição entre os 176 países avaliados.<sup>3</sup> Segundo relatório realizado pela OCDE até 2015, quando houve outra aplicação do PISA, no Brasil 17,2% do investimento público total foi destinado para a educação, e apresentou um investimento em educação básica correspondente a 4,7% do PIB. Segundo este mesmo relatório, é um dos países que teve o maior crescimento proporcional em investimento na educação pública entre os de 30 países que participam da OCDE, porém, o gasto brasileiro anual por aluno da educação básica ainda é baixo, na comparação. O Brasil gastou cerca de 3.000 dólares anuais por aluno da educação básica, enquanto, em média, os países da OCDE investem cerca de 8.200 dólares por aluno dos anos iniciais, 9.600 por aluno dos anos finais e 9.800 por aluno do ensino médio. (OCDE, 2013)

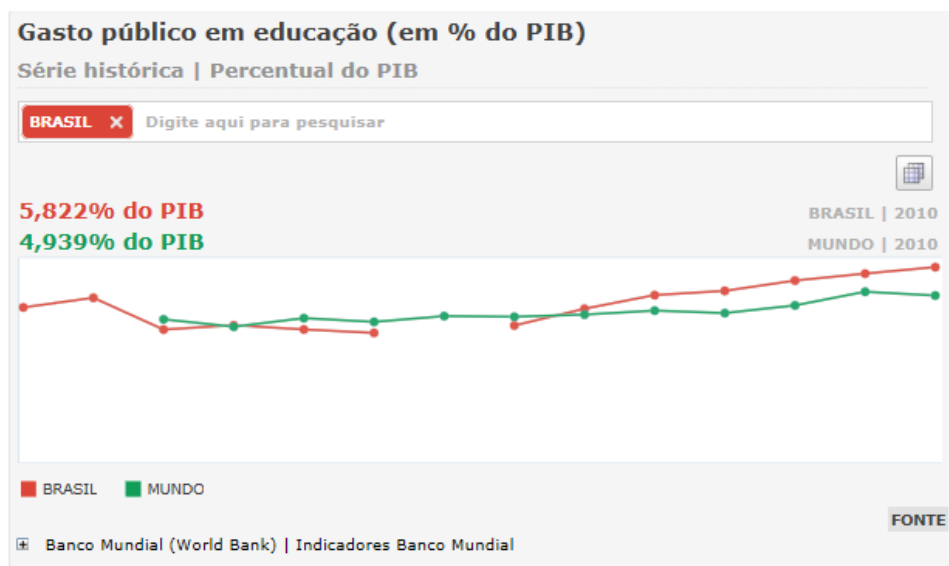


Figura 3: Gasto Público em educação (em % do PIB) - Brasil

<sup>3</sup> Acessível em [https://www.transparencia.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016#table](https://www.transparencia.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table) 22 de junho de 2018.

## **SISTEMA EDUCACIONAL**

O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios são responsáveis por fornecer e administrar seus respectivos sistemas de ensino. Cada um deles é responsável por sua própria manutenção, pela geração de fundos, assim como a administração de mecanismos e fontes de recursos financeiros. A Constituição determina que 25% do orçamento do Estado e 18% de impostos federais e taxas municipais sejam reservados para gastos em educação. As leis prioritárias que regulam o atual sistema educacional brasileiro são a Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional n.º 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei nº 9394, de 1996.

O sistema educacional brasileiro divide-se em educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. É da competência do Governo Federal exercer a função redistributiva e supletiva, prestando assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e além disso, organizar o sistema de educação superior. Cabe aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio.

A educação infantil, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. No ensino fundamental, cuja duração mínima é de oito anos, o aluno ingressa na faixa dos sete anos. É obrigatório e gratuito na escola pública, e Poder Público deve garanti-lo a todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade pré-estabelecida. Depois o aluno passa para o ensino médio, etapa final da educação básica, que tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do estudante, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, como escolas técnicas (MENEZES, 2001).

Para ingressar nas universidades, é pré-requisito básico que o aluno tenha concluído todo o ensino médio. Além disso, ele deve ter sido classificado no processo seletivo da instituição que irá ofertar aquele curso de graduação que ele deseja fazer. Existem diversas formas de ingresso em nível superior, e os cursos são distribuídos tanto em universidades públicas, quanto em privadas. O ENEM é uma política de acesso ao ensino superior, adotada no Brasil em 2009, e anteriormente utilizada apenas como um instrumento para avaliar o desempenho dos estudantes no término da educação básica.

Ainda a nível de ensino a figura-se a pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado e cursos de especialização. A partir da LDB de 1996 foram criados os cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, que são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino superior (MENEZES, 2001).

No Brasil, a carreira de professor é pouco valorizada e, não raramente, o sistema educacional é assolado por greves no setor. É um dos países com salários dos professores considerados entre os piores do mundo. Em 2018 o Governo Federal anunciou um reajuste do Piso Nacional do Magistério em 6,81% a partir de janeiro. Com o aumento, o salário base dos professores passou para R\$ 2.455,35. Além de ser um salário ainda baixo e dos profissionais trabalharem em condições precárias, muitas vezes vítimas de violência nas escolas, vários estados não cumprem a lei e continuam remunerando os profissionais da educação com salários inferiores ao Piso. Sendo assim, são baixos os incentivos profissionais para o desenvolvimento da carreira no magistério na educação básica. <sup>4</sup>



Gráfico 1: Evolução dos salários dos professores ano a ano (Fonte: Redação PisoSalarial.com.br)

<sup>4</sup> Acessível em <https://www.pisosalarial.com.br/salarios/piso-salarial-professores/> , 19 de junho de 2018



## Capítulo 3

### EDUCAÇÃO NA FINLÂNDIA

A República da Finlândia, oficialmente República da Finlândia, situa-se no extremo norte da Europa; tem 5,52 milhões de habitantes<sup>5</sup>, em um território de 38.145 km<sup>2</sup>, e a maior parte da população está concentrada no sul do país. É o oitavo maior país da Europa em extensão e o país menos densamente povoado da União Europeia. Cerca de 91% da população tem como língua materna o finlandês. A média de filhos por família é de 1,8, e o universo de crianças e adolescentes na faixa de zero a catorze anos totaliza menos de 17% da população, percentual quase equivalente ao de idosos acima de sessenta e cinco anos.

Aderiu à ONU em 1955, à OCDE em 1969, à União Europeia em 1995 e desde o início, faz parte da Zona do Euro.

Sua capital é Helsinque, onde fica sediado o governo central; e os governos locais, 342 municípios, distribuídos por doze províncias. A Finlândia é uma república parlamentar, em que o presidente da é o chefe de Estado, com mandato de seis anos e possibilidade de reeleição para dois mandatos consecutivos; a votação é direta, utilizada para eleger o presidente. Ele também é responsável pela política externa (excluídos aqui os assuntos relacionados à União Europeia) em cooperação com o gabinete. Outras competências incluem ser o comandante-em-chefe, decretos e os poderes nomeados. O chefe de governo é o primeiro-ministro. O Parlamento é unicameral, com duzentos representantes eleitos em um sistema proporcional para mandato de quatro anos. Uma nova constituição foi promulgada no ano 2000. (BRITTO, 2013)

A Finlândia tem um PIB per capita de 45.709,8 US\$; e uma economia mista altamente industrializada. Destaca-se o setor de serviços (66%), seguido pela fabricação e refino com 31,4%. As exportações do país são em sua grande maioria eletrônicos (21,6%), máquinas, veículos e outros produtos de metal engenharia (21,1%), indústria florestal (13,1%) e produtos químicos (10,9%). A Finlândia é altamente incorporada na economia global e o comércio internacional responde por um terço do PIB.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Acessível em <<https://vrk.fi/en/frontpage>>, em 22 de junho de 2018.

<sup>6</sup> («Finland in Figures – Manufacturing». Statistics Finland. Consultado em 26 de abril de 2007)

## Finlândia - PIB per capita

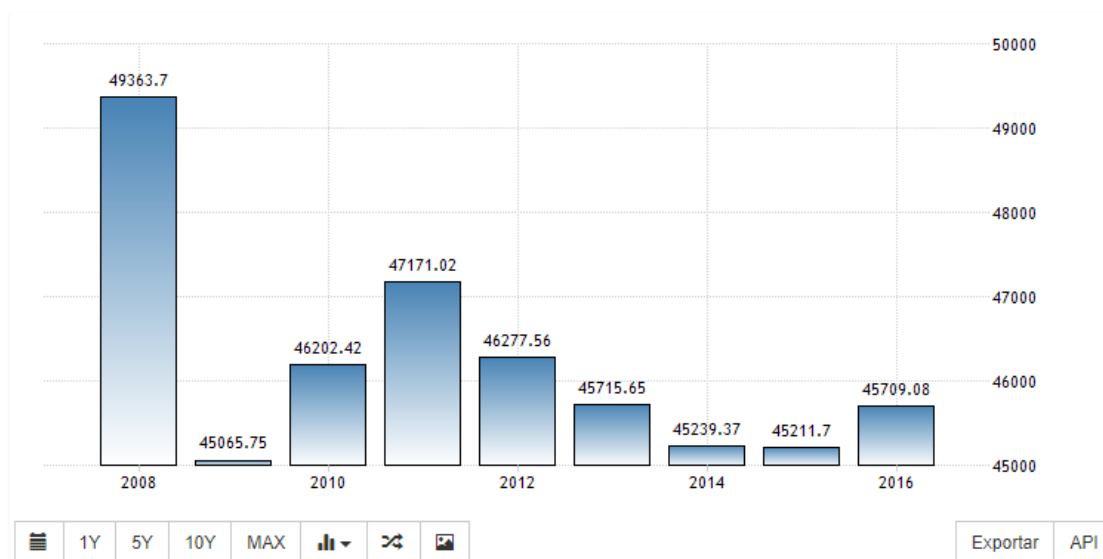


Gráfico 2: PIB per capita Finlândia

Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/finland/gdp-per-capita>

A renda per capita anual é de cerca de 38 mil dólares americanos, ajustados pela paridade do poder de compra (2011). (BRITTO, 2013) O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,895, o que situa a Finlândia na 23ª colocação no ranking do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2016. O coeficiente de Gini é de 0,26, o que coloca o país com um índice muito baixo de desigualdade.

Em relação ao gasto público com Educação, na Finlândia este corresponde a 6,847% do PIB (Banco Mundial – Word Bank). As escolas são administradas pelos municípios, que detêm elevado grau de autonomia na provisão desse serviço, assim como os profissionais da educação, como vimos mais acima.

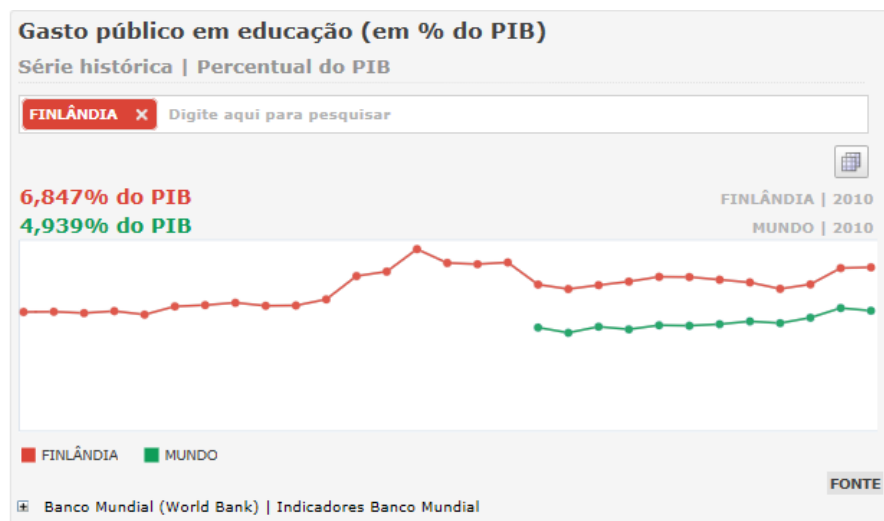


Figura 4: Gasto Público em educação (em % do PIB) - Finlândia

## SISTEMA EDUCACIONAL

A Finlândia tornou-se independente do Império Russo em 1917, sendo, portanto, uma nação relativamente nova. Desta forma, também são recentes os processos que levaram a Finlândia a ser um país modelo em qualidade educacional, ocupando os primeiros lugares no ranking de desempenho em Educação.

Ao longo de quatro décadas, a partir dos anos 1960, diversas reformas foram instauradas nesse campo, para que o país alcançasse este patamar. Concomitantemente, neste mesmo período, o país experimentou diversas mudanças sociais e econômicas, transformando-se em uma das sociedades mais avançadas do mundo em termos de bem-estar social, competitividade econômica e inovação tecnológica. (BRITTO, 2013)

A Finlândia foi uma das pioneiras em escolarização básica de caráter público, universal e compulsório, com nove anos de duração, sendo este um marco inicial das reformas educacionais do país, no ano de 1968. Atualmente, apenas 3% dos alunos finlandeses de ensino fundamental frequentam escolas privadas, a maioria de caráter confessional ou dedicadas a atender alunos com necessidades especiais. As escolas privadas, contudo, são também financiadas com recursos públicos e oferecem ensino gratuito. (BRITTO, 2013). Aqui entra também uma questão interessante, que pode nos levar a entender a “qualidade de vida” dos estudantes finlandeses. A grande maioria deles vai à escola por meio de transporte público, o que é uma consequência da economia do país e do investimento que o governo faz

nesta área. O transporte gratuito para as crianças que moram muito longe da escola para ir a pé ou utilizar o transporte público.

O currículo básico nacional atual foi formulado pelo Conselho Nacional de Educação da Finlândia e é revisado aproximadamente a cada dez anos. Todavia, as escolas têm ampla autonomia para, a partir do currículo básico nacional, formular seu currículo específico, respeitada a distribuição da carga horária nacionalmente estabelecida para cada componente. (BRITTO, 2013) O currículo inclui: o idioma e literatura finlandeses, outros idiomas, estudo ambiental, educação cívica, religião ou ética, história, estudos sociais, matemática, física, química, biologia, geografia, educação física, música, artes, trabalhos manuais e economia doméstica. Todas as escolas são iguais em termos de oferta de oportunidades. As crianças entram na escola aos sete anos de idade, e depois disso, compete aos municípios oferecer-lhes vaga em pré-escola, gratuita para todos. A educação infantil, para crianças menores de sete anos, não integra o sistema educacional finlandês. No entanto existem jardins de infância, creches e infância e outros modelos de cuidado à primeira infância, amplamente disponíveis para todas as crianças, com grande liberdade de escolha parental, subsídios governamentais e gratuidade assegurada para as famílias de menor renda. O ensino fundamental tem a duração de nove anos.

O currículo flexível é definido pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação. Depois do ensino secundário inferior, o aluno poderá optar por trabalhar ou ir para escolas de comércio ou ginásios (ensino médio). Escolas de comércio preparam os alunos para as profissões. Ginásios academicamente orientados têm requisitos de ingresso e, especificamente, preparam os estudantes para o Abitur, exame que fará com que estes alunos ingressem no ensino superior.

A educação obrigatória vai até os 17 anos, sendo que no Ensino Médio as preferências dos alunos são respeitadas e as matérias podem ser cursadas de maneira flexível, ou seja, aqui o aluno vai escolher matérias que são mais relacionadas com áreas em que se identifica, o que possibilita a ele uma maior autonomia e liberdade, colocando-o mais próximo de um indivíduo profissional.

Esta forma de organização foi reformulada em 1980, onde o aluno tem a oportunidade de traçar seu próprio plano de estudos, dentro de uma estrutura modular que ultrapassa a concepção de séries anuais. Dois pontos destacam-se como influenciadores educacionais na

Finlândia a partir desta data: o primeiro é que em meados de 1980 a sociedade finlandesa sofreu uma transição econômica e cultural, passando de uma sociedade agrária/industrial e periférica, para uma sociedade multicultural, crescendo economicamente, principalmente no campo tecnológico, passando a ter papel ativo no ambiente político e econômico europeu; o outro ponto é que o sistema educacional finlandês tornou-se um modelo e internacionalmente avaliado como um sistema de bom desempenho que combina qualidade com ampla equidade e coesão social através de considerável investimento público (SAHLBERG, 2007).

A partir desta reforma, a carga horária nacional passou a ser seguida, entre cursos obrigatórios e facultativos, mas próprios estudantes desenvolvem seu itinerário de formação nessa etapa a partir da escolha dos cursos que desejam frequentar a cada ano. E ao final de três ou quatro anos, podem obter o seu diploma.

Existe aqui uma grande interação entre ensino médio científico e técnico. As escolas finlandesas, em parceria com empresas, incentivam os alunos a participarem de projetos, a fim de aumentar sua conexão com a vida real e com o mercado de trabalho. As universidades, oferecem cursos de graduação, mestrado e doutorado, além de existirem também as instituições politécnicas, que ofertam estudos aplicados em nível de graduação e de mestrado, passaram a ter mais autonomia administrativa.

Além disso, as instituições de ensino fundamental finlandesas oferecem uma refeição por dia, assistência médica e odontológica, orientação educacional e acompanhamento psicológico para todos os estudantes, independentemente de comprovação de carência. A prioridade das escolas é dar a mesma educação a todos.

É característica típica do sistema educacional na Finlândia estimular tanto professores quanto alunos a experimentarem novas ideias e métodos, aprender, inovar e cultivar a criatividade nas escolas, respeitando os legados pedagógicos das escolas. Para isso existem vários ambientes fora e dentro das escolas para que este campo seja trabalhado. Isso não significa que a instrução tradicional e a organização escolar não existam na Finlândia; muito pelo contrário. Devido ao grande esforço e resultados alcançados pelas políticas finlandesas em educação, criou-se uma cultura de diversidade, confiança e respeito dentro da sociedade finlandesa em geral e dentro de seu sistema educacional em particular (SAHLBERG, 2007).

Um momento que foi muito importante também e fez com que a Finlândia se destacasse como modelo em Educação, foi o reconhecimento, em meados de 1970, de que era

necessário um corpo docente altamente qualificado para obter um Sistema Educacional que atendesse bem aos alunos. Desta forma, foram alterados os requisitos para quem um profissional da Educação entrasse nesse ramo.

De acordo com relatório da OCDE<sup>7</sup>, os programas de formação docente na Finlândia apresentam quatro características distintivas:

- são fortemente baseados em pesquisa (incluindo a exigência de apresentação de uma dissertação de mestrado e o desenvolvimento da reflexão crítica e do método científico como pontos de partida para o conhecimento da realidade);
- dão ênfase à abordagem didático-pedagógica dos conteúdos disciplinares (sem se limitar à teoria ou história geral da educação);
- treinam para o diagnóstico e o acompanhamento de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem;
- possuem forte componente prático (incluindo extensos cursos sobre a prática didática e pelo menos um ano de estágio docente em uma escola municipal ou de aplicação).

Destaca-se também o sistema avaliativo na educação finlandesa. As avaliações visam o desenvolvimento e a compreensão do conhecimento do aluno, não rankings ou competições. As diretrizes curriculares definem os princípios de avaliação por matéria e tanto os alunos quanto seus pais têm acesso as diretrizes de avaliação. Os alunos se auto avaliam, avaliam uns aos outros, e o professor avalia os resultados dos projetos, não sendo muito utilizados os testes formais. O que conta é a capacidade de cooperação e interação, capacidade de coletar e utilizar as informações, assim como também as habilidades práticas.

Em se tratando de Educação Especial, a Finlândia possui dois modelos de atendimento. O primeiro deles, inclui os alunos em classes comuns, recebendo atendimento especializado complementar e temporário. Sendo assim, toda escola regular conta com professores auxiliares dedicados aos alunos com necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem, a fim de garantir seu sucesso escolar. Além disso, existem equipes de apoio multiprofissionais, compostas por psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, que

---

<sup>7</sup> OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development. Pisa 2012rResults: what makes schools successful? Resources, policies and practices. Paris: OECD Publishing, 2013. v. 4. DOI: 10.1787/9789264201156-em

acompanham o desenvolvimento dos alunos reunindo-se periodicamente com os pais e professores para tratar de cada caso individualmente. (BRITTO, 2013)

O segundo modelo, é o atendimento escolar especializado é permanente, seja numa classe ou numa instituição especial. O Conselho Municipal de Educação é o responsável por, baseado em laudo psicológico, médico ou de assistente social, e ouvidos obrigatoriamente os pais ou responsáveis, incluir o aluno em escola especial. Da mesma, forma aqui, cada caso é analisado individualmente.

É importante destacar que na Finlândia, crianças com necessidades especiais são estritamente definidas de acordo com avaliações clínicas de médicos especializados e são vistas como possuindo problemas individuais a serem tratados individualmente. (ARNESENA & LUNDAHLB, 2006)

Atualmente, a formação docente é feita a nível de mestrado, feita pelas universidades. Os futuros profissionais são submetidos a exames de admissão bastante rigorosos, incluindo provas dissertativas, além de entrevistas e atividades práticas em que se avaliam as motivações e as habilidades de comunicação interpessoal dos candidatos. (BRITTO, 2013)

O salário dos profissionais da educação na Finlândia não é o mais importante. Apesar de não ser uma das profissões mais bem remuneradas do país, o que conta mais é a valorização desta profissão, o sistema educacional finlandês baseia-se em uma cultura de confiança, não de controle. Desta forma, os professores planejam seu trabalho de forma independente. Além do vínculo que estes criam com seus alunos, uma vez que nos seis primeiros anos um único professor de classe ministra praticamente todas as matérias, o que aumenta segurança e motivação; e nos últimos três anos distribuem-se em professores de matérias específicas.

É importante salientar que a Finlândia adota um sistema bastante participativo, baseado numa sociedade de consenso onde as principais decisões políticas foram acordadas por todos os principais atores da sociedade. Exemplo disso é o fato de o Sindicato dos Professores ser um dos principais parceiros de negociação em políticas de educação (SAHLBERG, 2007).

Além do destaque em Educação, a Finlândia hoje é reconhecida como um exemplo de sociedade do conhecimento, altamente produtiva em pesquisa científica com uma economia largamente competitiva e inovadora.

## Capítulo 4

### EDUCAÇÃO NA COREIA DO SUL – INVESTIMENTO E DISCIPLINA

A Coreia do Sul, oficialmente República da Coreia, situa-se na Ásia Oriental, lado Sul da Península da Coreia. Possui uma única fronteira por terra, que é com a Coreia do Norte, anteriormente formavam um único país, e em 1948, como consequência da divisão da península entre soviéticos e estadunidenses (consequência da Segunda Guerra Mundial), surgiram as duas novas nações que permanecem até hoje. Seu território abrange a metade sul da península da Coreia, com uma extensão de 99.016 km<sup>2</sup>, englobando cerca de três mil ilhas que a rodeiam. A densidade populacional é de 493 habitantes por quilômetro quadrado, uma das maiores do mundo. A Coreia do Sul apresenta um índice de fecundidade bem baixo: 1,19 média de filhos por mulher.<sup>8</sup>

Sua capital é Seul, com uma das áreas metropolitanas mais populosas do mundo. O governo é uma democracia presidencialista. O presidente é o chefe de estado, eleito por voto direto popular para um mandato de cinco anos. As primeiras eleições diretas foram dadas em 1948, e o país passou por diversas ditaduras em meados de 1960-1980, mas hoje é considerado uma democracia liberal. Além de ser o representante da república, é o comandante em chefe das forças armadas e também nomeia o primeiro-ministro, com a aprovação do parlamento, e preside o Conselho do Estado. O primeiro-ministro é o chefe do governo do país. O parlamento sul-coreano é unicameral e seus membros exercem um mandato de quatro anos.

Assim como no Brasil, há a divisão em três poderes: executivo, legislativo e judiciário. O executivo e o legislativo são operados principalmente a nível nacional, e os governos provinciais são semiautônomos e contam com órgãos legislativos próprios. O judiciário atua tanto em nível nacional quanto em nível local.

É membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1991, e no período de 2007 a 2016, seu ex-ministro das relações exteriores, Ban Ki-moon, exerceu o cargo de secretário-geral das Nações Unidas. Em virtude de seu crescimento econômico acelerado, nos anos 1970, forma, juntamente com Cingapura, Hong Kong e Taiwan, os Tigres Asiáticos.

---

<sup>8</sup> OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development. Pisa 2012rResults: what makes schools successful? Resources, policies and practices. Paris: OECD Publishing, 2013. v. 4. DOI: 10.1787/9789264201156-em



Possui também relações exteriores com as seguintes instituições: Apec, Banco Mundial, FMI, OMC, OCDE.

A Coreia do Sul possui um PIB de US\$ 1,693 trilhões, e um PIB per capita de US\$ 19.841. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,901, índice bastante elevado, levando o país a ocupar o 18º lugar no ranking mundial do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2016. Seu Coeficiente de Gini é 0,31, um baixo nível de desigualdade.

A Coreia do Sul passou por diversas transformações desde seu desmembramento e independência com sua vizinha, Coreia do Norte. É um país marcado por muitas guerras que o devastaram, e foi neste contexto que ficou marcado como um país que ressurgiu das cinzas.

É um país reconhecido mundialmente pela sua rápida transformação em uma economia rica e industrializada em um curto período de tempo, entre as décadas de 1960 e 1980, teve uma das taxas de crescimento econômico mais aceleradas do mundo. Este notável crescimento econômico decorreu de uma fabricação direcionada para a exportação e a uma força de trabalho altamente qualificada. Dentre os Tigres Asiáticos, é a maior economia; 4ª maior da Ásia, e 13ª do mundo.

O setor tecnológico é o mais forte na Coreia do Sul. Compõem o PIB por setor: serviços (57,5%), indústria (39,9%) e agricultura (2,6%). Conta, portanto, com uma infraestrutura de alta tecnologia, além de ter os maiores sistemas de banda larga e fibra ótica do mundo; e a título de curiosidade, em se tratando de Educação, foi o primeiro país a colocar banda larga em todas as escolas do país<sup>9</sup>. É um dos líderes de inovação e tecnologia, sendo o terceiro país com mais patentes registradas, atrás do Japão e dos Estados Unidos. Grandes empresas, como Samsung, LG, Hyundai lideram sua economia, consideradas grandes conglomerados conhecidos como *chaebol*.

A Coreia do Sul é mundialmente reconhecida também como um país que conseguiu romper o limiar do subdesenvolvimento, e ter saído de uma forte crise em 1997 (GUIMARÃES, 2010), em que a intervenção do Estado foi ponto crucial para o sucesso da aplicação de políticas para seu crescimento. As formas de intervenções foram as diversificadas maneiras de crédito direcionado para indústrias selecionadas, proteção aos

---

<sup>9</sup> Internet Statistics: Broadband access (per capita) (most recent) by country». Nation Maste.com. Nation Maste.com. 2009. Consultado em 7 de abril de 2010.

substitutos de importação, subsídios domésticos para indústrias em declínio, o estabelecimento e apoio financeiro do governo por meio dos bancos públicos, os investimentos públicos em pesquisa aplicada, entre outros. (WORLD BANK, 1993).

A Coreia do Sul criou uma infraestrutura que possibilitou ao país trilhar uma trajetória tecnológica de um país de industrialização tardia, iniciando seu processo de absorção de conhecimento tecnológico pela imitação por engenharia reversa e depois por imitação criativa intensiva em pesquisa e desenvolvimento, e o investimento em Educação foi o alicerce para a construção dessa infraestrutura (LIMA, 2017). Esse investimento foi distribuído principalmente na formação dos professores, em material de apoio e na melhoria da estrutura e funcionamento das escolas (CASTRO, 2014).

Como destacado acima, determinante para o acelerado crescimento econômico da Coreia do Sul, foi a decisão política de investir massivamente em educação, transformando completamente este país.

A Coreia do Sul vem enfrentando sérios problemas de corrupção. Recentemente, em 2017, a então presidente Park Geun-hye, foi destituída do cargo, por estar envolvida em um esquema de corrupção.

É um país que investe bastante em educação, tendo esta característica reconhecida mundialmente, como um exemplo de como a educação pode colocar um país em trajetória de crescimento sustentado. Além disso, o governo sul coreano permite que a iniciativa privada atue juntamente com ele, como veremos a seguir.

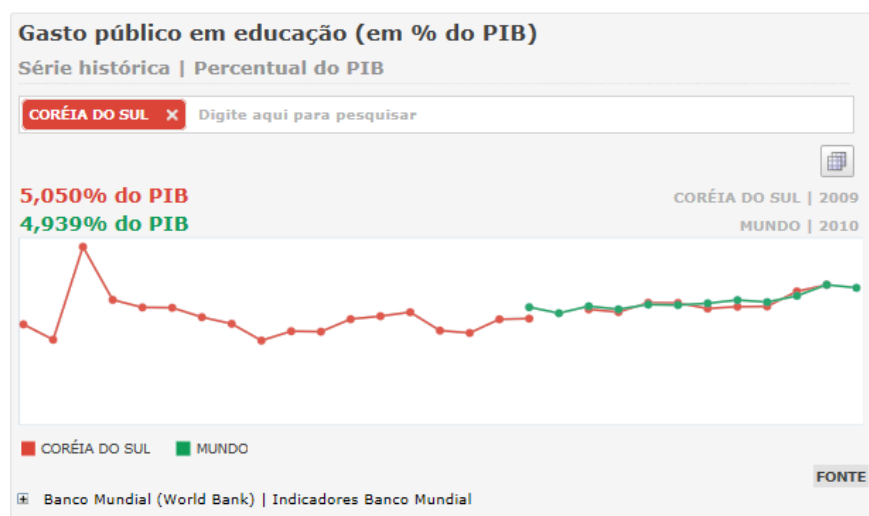


Figura 5: Gasto Público em educação (em % do PIB) – Coreia do Sul

## **SISTEMA EDUCACIONAL**

A educação, nas últimas três décadas, tem sido a principal causa do crescimento econômico e social no país, e durante esse tempo, obteve quase que 100% da população estudantil alcançada pelo ensino primário e secundário.

A educação na Coreia do Sul é estruturada em escola elementar (duração de seis anos), escolas primárias (três anos), high school ou colégios (três anos), junior college (centros universitários com cursos de dois ou três anos) e universidades ou faculdades (até 4 anos). As escolas secundárias são divididas em dois tipos: escolas secundárias gerais (acadêmicas) e profissionais. (WORLD BANK, 2001)

O aluno inicia na escola elementar aos sete anos; antes disso, existe a possibilidade de frequentar creches ou estruturas para primeira infância, porém, não é obrigatório. O governo não é responsável pela administração dos jardins de infância. A maioria delas é privada, e ensinam em coreano e inglês. Na Coreia do Sul, 98% da população é alfabetizada.

Uma administração centralizada supervisa e administra as escolas para a educação desde a educação elementar até o terceiro e último ano do ensino secundário. O governo investe também para que as escolas avancem em conhecimentos tecnológicos, incluindo projetos nacionais e pesquisas de desenvolvimento.

O período letivo é dividido em dois semestres: da primavera, iniciado em março; e o semestre de outono, que vai de setembro a fevereiro.

A escola elementar, em que o aluno ingressa com 7 anos de idade, é obrigatória e geralmente é cursada na escola pública ainda que não exista diferença entre cursá-la em um centro privado ou público. Depois, passa-se para a escola primária, sendo necessário ser aprovado em um exame. A educação primária abrange nove áreas de conhecimento: educação moral, língua coreana, estudos sociais, matemática, ciências, educação física, música, belas artes e ofícios. Aqui também a educação é gratuita, e os alunos permanecem nela até os 15 anos, aproximadamente. O sistema educacional sul coreano priorizou, a educação primária e só quando esta se tornou universal, é que o governo passou a destinar recursos para o segundo e terceiro graus.

High School ou colégios os alunos optam por áreas de interesse, dependendo isso também da localização e/ou proximidade dos colégios com a residência destes alunos. As áreas são: negócios, línguas estrangeiras, educação física e ciências. Já no Junior College, a maioria das instituições são privadas, geralmente ofertam hospedagem aos alunos e são mais baratos que a universidade. É comparado aos cursos técnicos aqui no Brasil, e possuem duração de dois ou três anos, e abrangem áreas como agricultura, pesca, enfermagem, ciências da saúde, sociologia, educação física. Depois, os alunos passam por um período de estágio que proporciona a eles conhecimentos técnicos e práticos.

No ensino superior, as instituições são classificadas em: faculdades e universidades; faculdades de professores e faculdades de educação; Universidades aéreas e de correspondência e universidades abertas; e colégios teológicos, seminários e outros (WORLD BANK, 2001). A Coreia do Sul possui em torno de 250 universidades, a maioria delas também da rede privadas, que oferecem gama de cursos. Pode-se afirmar que esta é uma fase decisiva e de maior importância para um estudante sul coreano. O vestibular, teste utilizado para aprovação e ingresso nas universidades, é conhecido como CSAT (College Scholastic Ability Test). Caso seja da vontade do aluno, ele pode continuar seus estudos após a graduação, fazendo um MA Degree (dois a três anos), que equivale a um mestrado, e depois continuar com o Ph Degree, doutorado (dois a quatro anos).

Na Coreia do Sul, a carreira de professor é de muito prestígio, pois é bastante valorizada, reconhecida, e possui altos salários, além de um plano de carreira consolidado. O salário dos professores sul-coreanos atingem o patamar mais alto, em relação à renda per capita, de todos os países da OCDE (grupo que reúne 30 dos países mais ricos do mundo)<sup>10</sup>. Para tornar-se um profissional da educação, é necessário passar por um treinamento bem intensivo, seguido por testes, e durante a carreira, os professores sul coreanos continuam sendo submetidos a diversos tipos de treinamentos e sempre avaliados.

Para que o país alcançasse esse nível de valorização, um dos maiores do mundo, caminhou-se bastante no que quesito incentivos. Várias foram as medidas políticas tomadas, desde a década de 1960., em que o governo criou mecanismos de incentivo para que bons alunos no ensino médio buscassem a carreira docente. Dentre eles estão: isenção de matrícula

---

<sup>10</sup> Acessível em < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020819\\_educaro3.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020819_educaro3.shtml)>, em 19 junho de 2018.

com serviço obrigatório e cursos de educação em faculdades públicas de professores; aposentadoria garantida com 65 anos de idade; isenção do serviço militar obrigatório. Em 1990, foi necessário que o governo abolisse o programa de serviço obrigatório, uma vez a demanda estava muita e eles não conseguiam contratar os professores recém-formados, passando o recrutamento a partir daí, a ser um sistema aberto.

Após a séria crise no país, em 1997, o governo passou a aposentadoria destes professores, para 62 anos de idade, devido aos inúmeros protestos desta classe. O principal objetivo renovar e modernizar o corpo docente. Para que conseguissem esta renovação, foram ofertados subsídios de compensação aos professores que tiveram que se aposentar antes da idade prometida (KIM, 2004).

O que desencadeou desse processo foram professores sobrecarregados com turmas e matérias, assim como os alunos também. Além do que, a questão cultural sul coreana contribui também para um alto nível de cobrança dos próprios alunos, dos pais e dos educadores; por resultados que “justifiquem” os gastos com educação. Muitos foram os investimentos do governo para melhoria das escolas e do sistema educacional como um todo. Em 1999 o governo decidiu garantir recursos públicos adicionais para a educação. Uma doação do que seria o equivalente a US \$ 13 bilhões por ano, seria adicionada aos orçamentos locais de educação para reformar as instalações da escola a partir de 2001, elevando a parcela dos subsídios educacionais locais de 11,8% da taxa interna para 13%. Depois, houve nova mudança e o governo lançou um plano de sete anos de investimento US \$ 1,2 bilhão para instituições de ensino superior (WORLD BANK, 2001).

Criou-se, portanto, um desafio para o governo de resolver o impasse entre pais e educadores, em que os primeiros exigem resultados na qualidade de ensino, uma vez que também investiram em educação; e por parte dos professores, que afirmam que a reforma prejudicou sua moral e suas condições de trabalho.

Defende-se a ideia de que nesse contexto, a sociedade sul coreana mudou, diversificou-se, e talvez por isso, existam dificuldades por parte do governo em “acertar” nas políticas em educação, como vinha sendo feito nas décadas anteriores. Para tanto, o discurso das propostas tem sido muito sobre essa diversidade, da “nova sociedade” que surgiu (WHITTY, 1998).

## Capítulo 5

### **SEMELHANÇAS, CONTRASTES E CAMINHOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A avaliação do PISA enseja valiosa oportunidade para verificar o nível de aprendizagem dos estudantes de cada país, de maneira a permitir a comparação entre desempenhos educacionais de alunos da mesma faixa. Daí, possibilita extenso intercâmbio de informações sobre os resultados apresentados pelos diferentes sistemas e políticas educacionais implementadas no mundo. Os próprios relatórios fornecidos pela OCDE, depois de realizados os testes, abordam questões importantes individualmente para cada país, destacando pontos que podem ser melhorados ou que apresentaram evolução. Trata-se, assim, de uma oportunidade de aprendizado institucional única, inclusive por fomentar a disseminação de análises em profundidade sobre os países de mais alto desempenho, como os escolhidos para este trabalho: a Finlândia e a Coreia do Sul.

Nesse tipo de análise, não se podem deixar de considerar os fatores socioeconômicos e o grau de desenvolvimento de cada país, fatores que sabidamente afetam os resultados educacionais. Assim como dito anteriormente, os próprios relatórios do PISA, a cargo da OCDE, mostram importantes diferenças no desempenho dos alunos segundo o nível de renda agregada, no nível de investimento público em educação, na organização do sistema educacional e nas condições de vida em cada país participante. No entanto tais relatórios evidenciam também que há fatores intraescolares capazes de fazer a diferença na aprendizagem, para melhor ou pior, compensando aspectos extraescolares e propiciando maior equidade na distribuição de oportunidades educacionais.

Dois dos três países escolhidos para este estudo possuem constituições relativamente recentes: Brasil, datada de 1988, seguida de alterações e reformas; Finlândia, de 1 de março de 2000, vez que a constituição original foi feita em 1919, pouco depois da declaração de independência em 1917; e por fim, a da Coreia do Sul, a mais distanciada no tempo, de 17 de julho de 1948. O compromisso político é fundamental para o desenvolvimento educacional e em todos os casos estudados percebemos o acesso à educação garantido nas constituições.

Os três países participam da avaliação de desempenho mundial, o PISA, realizada pela OCDE. Neste caso, Finlândia é Estado-membro, admitida em 1969; assim como Coreia do

Sul, admitida em 1996; e o Brasil, que ainda não é membro, participa também, porém como país convidado.

Em se tratando da divisão curricular as diferenças são pequenas. A educação obrigatória vai até os 17 anos; creches não são ofertadas pelo Estado na Finlândia e Coreia do Sul, e no caso brasileiro, o governo assumiu, através do Plano Nacional de Educação, a meta de ampliar o acesso para 100% dos alunos de 4 e 5 anos e atingir a meta de 50% dos alunos com até 3 anos até 2024; todos os países estudados, em maior ou menor grau, oferecem opção para o aluno se formar em escolas técnicas após o ensino fundamental; e em nível superior, também, não há muita discrepância entre a distribuição dos sistemas educacionais.

Em relação à carga horária, a não ser pelas escolas integrais, o Brasil é o que apresenta a menor permanência dos alunos na escola. No caso da Finlândia as aulas têm início geralmente às 08h e, ordenados em diversas atividades, os alunos permanecem nas escolas até as 15h. Na Coreia do Sul esta carga é ainda mais intensa, muitas vezes em razão do alto grau de rigidez e cobrança, sendo que alunos chegam a ficar até 00h nas escolas.

Existe um grande contraste no que diz respeito ao corpo docente, em vários aspectos, e há uma discrepância maior do caso brasileiro se comparado com os outros dois países estudados. Um primeiro aspecto é a valorização da carreira de professor. Na Finlândia e na Coreia do Sul a docência é bastante valorizada, e isso não está necessariamente vinculado ao salário. Na Coreia do Sul, além do prestígio, os professores recebem salários altos, alcançando um patamar bem superior em relação à renda per capita do país; além de possuírem um plano de carreira consolidado.

Outro aspecto se refere à formação desses profissionais e ao que é exigido deles. No Brasil basta que se tenha um diploma de nível superior para iniciar-se na carreira. Na Finlândia esta formação requer uma qualificação a nível de mestrado e os futuros profissionais passam por rigorosos testes e entrevistas, possuindo um importante diferencial que consiste na realização de atividades práticas em que são avaliadas as motivações e habilidades de comunicação interpessoal dos candidatos. Já na Coreia do Sul, passa-se por um treinamento intensivo, além de avaliações, sendo que mesmo durante a carreira, os professores continuam sendo submetidos a diversos tipos de treinamentos para renovação das suas qualificações, sendo constantemente avaliados.

Na Coreia do Sul os professores dispõem de quatro horas diárias para preparar suas aulas e atender aos alunos, podendo dedicar o seu trabalho a uma única escola, o que gera um aumento de qualidade nas aulas e nas notas dos alunos, mediante ao atendimento individualizado e acompanhamento do processo de aprendizagem que o professor faz dos alunos (MENDES et ali, 2012).

Tanto na Finlândia quanto na Coréia do Sul, foram utilizados, em algum momento, por parte do governo, mecanismos para tornar atrativa a carreira de professor. No caso finlandês as políticas educacionais que visam elevar o desempenho dos alunos foram construídas com base em ideias de liderança sustentável que dão ênfase ao ensino e aprendizado, encorajando as escolas a criar ambientes ideais de aprendizado e implementar conteúdos educacionais que melhor ajudem seus alunos a alcançar objetivos gerais de escolaridade. Na Coreia do Sul algumas escolhas políticas foram importantes para a educação. A ênfase da política foi dada no investimento constante de recursos públicos na educação básica, considerada como prioridade no país e estabelecida como gratuita e obrigatória para todos. Sendo assim, o governo investiu em educação básica enquanto o investimento no ensino médio e superior ficou sob responsabilidade em sua grande maioria a cargo da iniciativa privada no país (KIM, 2004).

A educação profissional não era tão enfatizada quanto a educação geral, o que passou a ocorrer até que o nível de qualificação da força de trabalho aumentasse (KIM, 2004). No Brasil, mesmo com a criação do Piso Nacional do Magistério em 2008, a fim de unificar o valor mínimo nacional a ser utilizado na remuneração dos docentes, ainda há muito o que avançar no sentido de melhorar os salários, bem como realizar outros direitos básicos como mais segurança nas salas de aula, planos de carreira mais atrativos, melhores condições de trabalho, entre outros.

Dos nossos três casos, a Finlândia é o país que mais investe em educação em relação ao PIB. Deve-se enfatizar também o fato de que a Finlândia é um dos países com menor índice de corrupção do mundo. Em relatório realizado pela ONG Transparency Internacional no ano de 2016, o país ficou em 3º lugar como menos corrupto, e isso contribui



substancialmente para o bom aproveitamento do dinheiro público investido. Neste mesmo relatório Coreia do Sul ficou na 52ª posição e Brasil na 79ª.<sup>11</sup>

As desigualdades sociais impõem grandes obstáculos à organização e ao desempenho dos diferentes sistemas educacionais, e as discrepâncias entre os países estudados são significativas neste sentido. Finlândia e Coreia do Sul são países com o nível de desigualdade baixo, de 0,26 e 0,31, respectivamente. No Brasil, este valor é alto – 0,498 – e o país ainda tem muito que avançar para alcançar maior igualdade.

Além disso, como vimos, existe uma grande vinculação entre sociedade e educação, tanto na Finlândia quanto na Coreia do Sul. Na primeira, em razão do grande esforço e resultados alcançados pelas políticas finlandesas em educação, criou-se uma cultura de diversidade, confiança e respeito dentro da sociedade em geral e dentro de seu sistema educacional em particular (SAHLBERG, 2007).

Já no caso dos sul coreanos essa ligação entre sociedade e educação é ainda mais intensa, contanto com a contribuição de valores culturais que contribuem para um alto nível de cobrança dos próprios alunos, dos pais e dos educadores; por resultados que “justifiquem” os gastos com educação. A sociedade coreana tradicionalmente valoriza a educação. A demanda por mais e melhor educação permaneceu forte ao longo do tempo e tem sido uma das principais razões para a severa competição por ingressos em faculdades, enormes despesas com aulas particulares e repetição de séries. O zelo pela educação foi reforçado pelo passado recente, em que o colonialismo japonês e a Guerra da Coreia convenceram os coreanos a investir mais em pessoas do que em capital físico (KIM, 2004). Entende-se que a configuração cultural tenha contribuído muito para o rápido crescimento da Coreia do Sul, como no caso do compromisso para financiar a educação escolar além do ensino primário em momentos em que o governo não tinha recursos para tanto. Neste sentido a Associação de Pais e Professores (PTA), juntamente com a ajuda externa, desempenhou um papel importante no financiamento da educação na década de 1950, sendo que o PTA financiou mais da metade do orçamento operacional anual da escola (KIM, 2004).

Dois características distintas da educação coreana são dignas de nota: o ideal igualitário e o zelo pela educação (WORD BANK, 2001). O sistema educacional evoluiu

---

<sup>11</sup> Acessível em [https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016#table](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table), em 12 de junho de 2018.

através do igualitarismo desde que a escola moderna foi introduzida pela primeira vez na Coreia, cerca de um século atrás. Desde o início do processo de expansão, o governo tem procurado assegurar oportunidades iguais para todos - independentemente de sexo, religião, localização geográfica ou status socioeconômico.

Também com este viés igualitário, a Finlândia utilizou a educação como a chave para o desenvolvimento econômico e social. Focando numa melhoria constante na aprendizagem dos alunos alcançou-se, através de políticas educacionais baseadas na equidade, flexibilidade, criatividade, profissionalismo docente e confiança, um sistema educacional modelo reconhecido mundialmente (SAHLBERG, 2007).

Em se tratando de educação básica, tanto Finlândia, quanto Coreia do Sul alcançaram a universalidade do acesso, enquanto no caso brasileiro a educação básica ainda não está no alcance de todos, persistindo algum nível de analfabetismo, inclusive entre adultos, a despeito de programas nacionais voltados à sua erradicação.

Ao contrário de muitos outros sistemas educacionais, a Finlândia não concede grande importância aos testes de alto risco e padrões de aprendizagem determinados externamente, valorizando mais a capacidade de cooperação e interação, capacidade de coletar e utilizar as informações, assim como também as habilidades práticas, do que resultados obtidos em testes avaliativos. A utilização de métodos de avaliação também não é uma tradição no caso sul coreano, mas mais recentemente tem sido desenvolvidos no Brasil, como a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) que foi introduzida em 2005. Na Coreia do Sul, entretanto, a cobrança por excelentes resultados é intensa, sendo um país que apresenta alunos com alto nível de estresse, além de apresentarem um índice de suicídios bastante elevado<sup>12</sup>, em razão desta cobrança. O país tem a segunda maior taxa de suicídios no mundo e a maior taxa de suicídio de um Estado membro da OCDE.

### **5.1. Lições para Avanços no Sistema Educacional Brasileiro**

No Brasil, aumentar as receitas destinadas à educação é uma das metas do Plano Nacional da Educação, havendo percepção do grande potencial de desenvolvimento e crescimento econômico a ser concretizado se a educação básica universal for proporcionada para todos. Para isto todos os planos estaduais e municipais de Educação devem ser criados

---

<sup>12</sup> Acessível em «South Korea still has top OECD suicide rate». , em 19 de junho de 2018.

ou adaptados em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE. Para além do dever da universalização, o país segue com o desafio de qualificar a educação ofertada, tanto na rede pública como na privada.

O investimento em educação deve ser pensado com novas políticas ou melhoramento daquelas que estão em vigor. Para isto, um dos caminhos é investir e pensar a formação continuada do corpo docente. Percebemos, nos casos estudados, que o investimento em educação fez com que a Coreia do Sul e a Finlândia obtivessem um rápido crescimento econômico e se tornassem nações exemplares mundialmente.

Interessante salientar que tanto na Coreia do Sul quanto na Finlândia foram aumentados os investimentos em tecnologia destinados à educação. Este tipo de incentivo pode ser pensado no caso brasileiro, a fim de ofertar recursos de desenvolvimento docente, mas também para que os alunos possam sentir-se mais ligados à comunidade da informação e ao mercado de trabalho. A ideia finlandesa de parceria com empresas, em que os alunos participam de projetos, a fim de aumentar sua conexão com a vida real e com o mercado de trabalho, é um bom exemplo.

É necessário tornar a carreira de professor atrativa. Sabemos que no Brasil, esta é uma classe bastante prejudicada e desvalorizada. Além disso, as condições de trabalho para estes profissionais não contribuem para o interesse nessa área. Como vimos, os países que conseguiram melhorar a qualidade do ensino através do investimento e políticas que atraíssem esses profissionais, hoje são referência em educação. E não é só na rede pública, esse problema também afeta no rendimento das escolas privadas.

Em se tratando de métodos avaliativos, o caso Finlandês se destaca, e deve ser pensado no caso brasileiro, uma vez que o sistema educacional finlandês visa estimular tanto professores quanto alunos a experimentarem novas ideias e métodos, aprender, inovar e cultivar a criatividade nas escolas, respeitando os legados pedagógicos das escolas. Existem vários ambientes fora e dentro das escolas para que este campo seja trabalhado.

Por fim, se os pontos de partida e o grau de desenvolvimento econômico entre os países são muito distantes, neste trabalho exploratório pudemos ter a nítida impressão de que é possível fazer muito mesmo com todas as limitações com que o Brasil se depara. Não se pode esquecer que políticas e programas desenvolvidos até aqui como o FUNDEB, o financiamento federal da merenda e transporte escolar (PNAE e PNATE), tem sido muito

importantes para o desenvolvimento de padrões mínimos de educação básica no país. Mas como se trata neste trabalho de comparar o sistema educacional brasileiro com o de países de alto desempenho, o curioso é que as principais diferenças encontradas estiveram menos na organização geral do sistema e mais no aspecto da valorização docente e da educação em si.

Uma das nossas limitações, neste estudo, foi não ter explorado nesta comparação aspectos importantes como o desenho dos currículos adotados na educação básica e no uso de recursos pedagógicos pelos docentes, aspectos que poderão compor uma futura agenda de pesquisa em educação comparada, à qual temos a sensação segura de termos nos vinculado ao final deste trabalho de conclusão de curso.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Confira o ranking dos países com melhor desempenho no Pisa. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2013/12/ranking-do-pisa-2012> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil tem primeira queda em matemática desde 2003 em programa de avaliação. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/brasil-tem-primeira-queda-em-matematica-da-serie-historica-do-Pisa> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Brasileiros fazem pela primeira vez prova internacional de educação financeira. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/brasileiros-farao-pela-primeira-vez-prova-de-educacao-financeira-da-ocde> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Estudo mostra melhora do desempenho de jovens brasileiros em matemática. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/estudo-mostra-melhora-do-desempenho-de-jovens-brasileiros-em-matematica> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Pisa será aplicado em maio para 19 mil estudantes. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/pisa-sera-aplicado-em-maio-para-19-mil-estudantes> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Pisa: quase metade dos estudantes tem desempenho menor que o adequado. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/quase-metade-dos-brasileiros-tem-desempenho-menor-que-o-adequado-no-pisa> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Valorização dos professores passará a contar na avaliação das escolas. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-05/valorizacao-dos-professores-passarao-contar-na-avaliacao-das-escolas> . Acesso em: 16 de maio de 2018.

ANTHONY; coautores: Shultz, Clifford J. (2006). Handbook of Markets and Economies. [S.l.]: M.E. Sharpe. Inglês.

ARNESEN, A. L.; LUNDAHL, L. **Still social and democratic? Inclusive Education Policies in the Nordic welfare states.** Scandinavian Journal of Education Research. Vol. 50, Nº. 3, pp. 285-300, July 2006.

ARBIX, G.; FERRAZ, J. **Finlândia: competitividade e economia do conhecimento.** In: CARDOSO JR., J.C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. IPEA, 2009.

BACCHETTO, J. G. **O Pisa e o custo da repetência no Fundeb.** Ensaio: avaliação política pública educacional. Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 424-444, abril/junho 2016.

BASTOS, R. M. B. **O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada.** Revista Brasileira de Educação. V. 22, n. 70, julho-setembro 2017.

BANCO MUNDIAL. Índice de Gini. Disponível em: [https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=KR&name\\_desc=false](https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=KR&name_desc=false) . Acesso em: 12 de junho de 2018.

BBC BRASIL. Ensino de qualidade é segredo do sucesso da Coreia do Sul. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020819\\_educaro3.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020819_educaro3.shtml) . Acesso em: 16 de maio de 2018.

Biblioteca do Congresso (2009). «South Korea - The Economy» (em inglês). Consultado em 6 de abril de 2010.

Bill Caraway (1996). «The Korean Government». Journey to Asia. Consultado em 4 de fevereiro de 2011.

«Ban Ki-moon deixa legado misto para Nações Unidas». 29 de dezembro de 2016. Consultado em 1º de janeiro de 2017.

CASTRO, C. M. **Por que não fazemos como a Coreia?** Ensaio: avaliação política pública, Rio de Janeiro, v.22, n.84, p.829-852, julho/setembro 2014.

CERVI, R.M. O significado curricular da educação comparada. **Educar**. Curitiba. Vol. 5.33-50, jan./dez. 1986.

CARVALHO, B. **Investimento e disciplina fizeram da Coreia do Sul uma campeã em educação.** São Paulo. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-06-05/investimento-e-disciplina-fizeram-da-coreia-do-sul-uma-campea-em-educacao.html>> . Acesso em: 19 de junho de 2018.

«Constituição da República Federativa do Brasil de 1988» «Educação». Sistema educacional brasileiro. Página oficial do Governo do Brasil.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Brasileiros fazem pela primeira vez prova de educação financeira da OCDE. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/05/brasileiros-fazem-pela-primeira-vez-prova-de-educacao-financeira-da-ocde>> . Acesso em: 17 de maio de 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Brasil está entre os piores no ranking de conhecimentos básicos da OCDE. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/02/brasil-esta-entre-os-piores-no-ranking-de-conhecimentos-basicos-da-ocde>> . Acesso em: 19 de maio de 2018.

EXAME. Brasil está entre os piores em ranking mundial de educação. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/>> . Acesso em: 21 de maio de 2018.

FLEURY, M. T. L.; MATTOS, M. I. L. **Sistemas educacionais comparados.** Estudos avançados 12(5), 1991.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), ed. (Outubro de 2014). «[World Economic Outlook Database](#)». Consultado em 29 de outubro de 2014.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) (2008). «[WEO Groups and Aggregates Information](#)» (em inglês). IMF.org. Consultado em 9 de abril de 2010.

G1. Educação. Brasil cai em ranking mundial de educação em ciências, leitura e matemática. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>> . Acesso em: 12 de junho de 2018.

GATTI, B. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educação Social, Campinas, v.31, n. 113, p. 1355-1379, outubro-dezembro. 2010.

«Gini coefficient of equivalised disposable income (source: SILC)». Eurostat Data Explorer. Consultado em 5 de janeiro de 2014.

Gini index CIA World Fact Book

GOLDEMBERG, J. **O repensar da educação no Brasil**. Estudos avançados. 7(18), 1993.

GUIMARÃES, A. Q. **Estado e economia na Coreia do Sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 1 (117), pp. 45-62, janeiro-março/2010.

«Human Development Report 2016 – "Human Development for Everyone"» (PDF) (em inglês). Human Development Report (Human Development Report Office) - United Nations Development Programme. Consultado em 22 de março de 2017.

KIM, J.W. **Education Reform Policies and Classroom teaching in South Korea**. Internation Studies in Sociology of Education, volume 14, number 2, 2004.

KLEIN, R. **Uma re-análise dos resultados do PISA: problemas de comparabilidade**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 717-742, out/dez. 2011. DOI: 10.1590/s0104-40362011000500002

LIMA, U. M. **O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação**. Economia e Sociedade, Campinas, v.26, n.3(61), p. 585-631, dez. 2017.

LOPPONEN, P.; LEHVO, A.; VAAHTERA, K.; NUUTINEN, A. The state and quality of scientific research in Finland 2009 – Summary. **Academy of Finland**, 2009.

MENDES, A. L. R; FRANCO, D; KIM, E. M. S; MOLINA, S. M. **Coréia do Sul: comunidade e governo em prol do ensino de qualidade**. Revista Pandora Brasil, Nº 41 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes sistema educacional brasileiro**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167> . Acesso em: 17 de maio de 2018.



MILTON, M. M.; MICHELON, E. **Educação e Crescimento econômico na coréia do sul.**

OECD. COREIA DO SUL. Disponível em: <<http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/coreia,do,sul/>> . Acesso em: 23 de maio de 2018.

OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development. Pisa 2012 Results: what makes schools successful? Resources, policies and practices. Paris: OECD Publishing, 2013. v. 4. DOI: 10.1787/9789264201156-em

PRESTES, F. Sul 21. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2011/05/coreia-do-sul-desenvolvimento-com-inovacao-e-maos-de-ferro/>> . Acesso em: 12 de junho 2018.

RÁDIOAGÊNCIA NACIONAL. Programa de avaliação mostra baixo desempenho dos estudantes brasileiros. Disponível em: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/educacao/audio/2016-12/programa-de-avaliacao-mostra-baixo-desempenho-dos-estudantes-brasileiros>> . Acesso em: 23 de maio de 2018.

SAHLBERG, P.; **Education Policies for raising student learning: the Finnish approach.** Journal of Education Policy. Vol. 22, Nº 2, pp. 147-171, March 2007.

SAHLBERG, P. Finnish lessons: what can the world learn from educational change in Finland? **Teachers College.** Columbia University, 2011.

SILVEIRA, F. L.; BARBOSA, M. C. B.; SILVA, R. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica.** Revista Brasileira de Ensino de Física, v.37, n. 1, 1101. 2015.

THIS IS FINLAND. A renda básica finlandesa facilita trabalho ideal e voluntariado. Disponível em: <<https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/renda-basica-finlandesa-facilita-trabalho-ideal-e-voluntariado/>> . Acesso em: 06 de junho de 2018.

UNDP BRASIL. Ranking IDH Global 2014. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>> . Acesso em: 12 de junho de 2018.

WORLD BANK. **Secondary Education in Africa: Strategies for renewal.**